

Não haverá aumento de juros.

E o que Sayad explica.

O ministro do Planejamento disse que o congelamento das aplicações dos bancos estatais servirão para "dar uma freada para arrumação".

A decisão de congelar as aplicações ativas das instituições financeiras e fixar um corte de 10% nas despesas previstas no orçamento fiscal não irá provocar aumento nas taxas de juros. Ao fazer esse comentário ontem, em seu primeiro dia útil como ministro-chefe da Seplan, João Sayad disse esperar também que as primeiras medidas econômicas do novo governo sejam bem aceitas pelo empresariado.

Para o ministro, essas medidas têm o objetivo de "dar uma freada para arrumação", enquanto se estuda a realocação de recursos para as áreas sociais, meta estabelecida pelo presidente Tancredo Neves. Sayad passou quase todo o dia de ontem reunido com seus assessores mais próximos, para organizar as atividades da Seplan. No final da tarde, ele despachou com o presidente em exercício José Sarney e depois concedeu sua primeira entrevista coletiva, para falar do programa econômico da Nova República.

Consenso

A entrevista começou com o ministro explicando como será a atuação da Seplan e do Ministério da Fazenda. Segundo ele, caberá à sua secretaria cuidar das atividades específicas de planejamento de curto e médio prazos, enquanto o ministro Francisco Dornelles será responsável pelo que Sayad chamou de "política do dia-a-dia". Quanto às primeiras medidas anunciadas, disse Sayad, houve consenso entre ambos sobre a necessidade dessas decisões.

Sayad disse que no momento é impossível antecipar os resultados, em termos de economia de recursos, das medidas destinadas a eliminar os excessos das "mordomias", mas salientou que, neste caso, importam muito mais os aspectos éticos do problema, do que propriamente a economia, que é diminuta, em relação aos grandes números do orçamento público.

Indagado a respeito de como o governo pensa cortar despesas no orçamento das estatais para gerar recursos destinados às aplicações sociais, se 80% dos investimentos programados estão concentrados em quatro setores básicos da infra-estrutura econômica, o ministro do Planejamento disse que sonante um exame demorado da situação do orçamento/Sest de dispêndios globais poderá fornecer os elementos de que necessita o governo para promover essa alteração.

Ele prometeu reativar a Comissão Especial de Desestatização, revigorando o prazo de sua vigência, que acabará a 15 de abril próximo, e garantiu que as decisões tomadas ontem pelo governo não objetivam agradar ao Fundo Monetário Internacional — FMI — embora possam facilitar, mais tarde, uma negociação. Segundo Sayad, a Seplan continuará participando dessas negociações, na parte referente à fixação de metas que dependem do comportamento do orçamento público.

IV PND

O ministro do Planejamento revelou que o governo pretende elaborar o IV PND — Plano Nacional de Desenvolvimento — e enviar ao Congresso até o próximo mês de setembro, oferecendo um planejamento indicativo, mutável em função de circunstâncias internas e externas. Poderá até conter metas quantitativas, porém sempre subordinadas a essas mutações, não constituindo, portanto, uma espécie de manual para utilização obrigatória dos empresários, quer do setor público, quer do setor privado.

Indagado sobre se o governo já estava preparado para fechar a negociação com o FMI, em torno da sétima carta de intenções ou outra para substituí-la, o ministro do Planejamento afirmou que os números realistas só serão conhecidos a partir de um exame demorado da situação do orçamento público, especialmente o das estatais, e os efeitos que eventuais medidas de realocação de recursos possam ter no comportamento do déficit público.

A respeito de política salarial, Sayad discordou da idéia da institucionalização da trimestralidade, advertindo para seus efeitos inflacionários. Ele disse que o governo não veria com bons olhos uma iniciativa tendente a reajustar os salários acima do INPC, justamente por causa do impacto inflacionário que disso resultaria, gerando focos de pressão extremamente perigosos.

Sayad negou-se a responder como se fará, na prática, a realocação de recursos, lembrando que ainda é cedo para abordar a questão, pois em primeiro lugar será feito um levantamento das fontes e usos dos recursos públicos para, a partir daí, verificar o que pode e o que não pode ser alterado.

O ministro disse ter tomado conhecimento de que, nos dias que antecederam o início da nova administração, o Conselho Nacional de Política Salarial — CNPS — aprovou uma série de reajustes salariais acima do INPC para dezenas de empresas estatais, salientando que as medidas restritivas ontem adotadas visam, justamente, impedir o efeito deletério de tais medidas nos gastos públicos, e tentar neutralizá-las tanto quanto possível.

Sayad disse não ter ainda indicações sobre o provável crescimento do PIB este ano, embora acredite que ele será positivo, e considerou infundada a crítica segundo a qual a criação de comissões é uma forma de procrastinar a solução dos problemas, dizendo que alguns, da complexidade de uma reforma tributária, não podem ser solucionados sem um estudo acurado.